

**PERSPECTIVAS DA REFORMA AGRÁRIA:
BREVES CONCEPÇÕES DISCURSIVAS E LITERÁRIAS**

Luciana Pinto Fernandes (IFTO e UNISINOS)

luciana@ifto.edu.br

Rosane Alves Pretto de Oliveira (UNISINOS)

rosanepretto@yahoo.com.br

Henrique Almeida Lima (IFTO)

henriquealmeida@ifto.edu.br

Renilda da Silva Soares (IFTO)

renilda@ifto.edu.br

Eliana Kiara Viana Lima (IFMA)

kiara.viana@ifma.edu.br

RESUMO

Este artigo evidencia perspectivas discursivas e literárias acerca da reforma agrária, que em sua essência ou numa definição genérica, configura-se como a reorganização mais justa da propriedade rural. Objetivou-se trazer algumas concepções sobre a divisão de terras em nosso país, em que a estrutura fundiária corresponde à elite e ao poder, e por isso, todas as possíveis mudanças são vistas de forma negativa por parte da sociedade. Os procedimentos metodológicos ocorreram por meio da revisão bibliográfica, com base nos estudos de pesquisadores, que apresentam conhecimento sobre o assunto, bem como a pesquisa de campo com base na compreensão de programas da reforma agrária e de recortes de poesia da literatura e de música popular brasileira. Dentre os resultados alcançados, tem-se a concepção de que não adianta apenas dividir terras é preciso infraestrutura, créditos e facilidades para pagamentos de débitos, comercialização e modernização dos meios de produção rural.

Palavras-chave

Discurso. Literatura. Reforma agrária.

ABSTRACT

This article highlights discursive and literary perspectives on agrarian reform, which in essence or in a generic definition, is configured as the most just reorganization of rural property. The objective was to bring some conceptions about the division of land in our country, in which the land structure corresponds to the elite and to the power, and therefore, all possible changes are seen in a negative way on the part of society. The methodological procedures took place through bibliographic review, based on the studies of researchers, who present knowledge on the subject, as well as field research based on the understanding of agrarian reform programs and poetry clippings from literature and popular music. Brazilian. Among the results achieved, there is the conception that it is not enough to just divide land, it is

necessary infrastructure, credits and facilities for payment of debts, commercialization and modernization of the means of rural production.

Keywords

Discourse. Literature. Agrarian reform.

1. Introdução

A convivência dos seres humanos em sociedade, ao longo dos anos, encaminhou-se para a criação de formas de organização, com o objetivo de garantir a ordem e a paz entre as pessoas. Os estados, as normas, as regras e o direito foram criados à proporção que os vínculos se tornavam mais complexos. E assim, um dos valores fundamentais encontra-se na dignidade da pessoa humana, que tem como foco a garantia da vida digna, com neste caso específico, em que se encaminha para o direito a políticas públicas de acesso à terra para produzir (TAVARES, 2020).

Nesta perspectiva, observa-se uma problemática em questão: o direito à divisão das terras. O tema é polêmico porque também divide a sociedade. E por isso, a criticidade e a busca por solução são vivenciadas na literatura e na música. A poesia e a música têm a característica de ser fomentador do processo discursivo, pois são intrínsecas ao comportamento humano, e por meio delas pode ser obtida uma aprendizagem consistente e dinâmica (BRÉSCIA, 2003).

Logo, o uso da terra e sua divisão, para a reforma agrária e assentamento de trabalhadores rurais sem terras, elencam elementos considerados relevantes para o debate sobre a função socioambiental da terra pública, como instrumento para alcançar a justiça social, econômica e ambiental. Para Marés (2003), a reforma agrária está inserida no debate sobre o papel e a importância das terras públicas para o desenvolvimento econômico e social.

O presente artigo se justifica numa análise discursiva crítica do direito à terra. Tem-se um tratado que evidencia as perspectivas discursivas e literárias acerca da reforma agrária, que em sua essência ou numa definição genérica, configura-se como a reorganização mais justa da propriedade rural. Objetivou-se trazer algumas concepções sobre a divisão de terras em nosso país, em que a estrutura fundiária corresponde à elite e ao poder, e por isso, todas as possíveis mudanças são vistas de forma negativa por parte da sociedade.

2. A perspectiva metodológica da pesquisa

Os procedimentos metodológicos ocorreram por meio da revisão bibliográfica, com base nos estudos de pesquisadores, que apresentam conhecimento sobre o assunto, bem como a pesquisa de campo com base na compreensão de programas da reforma agrária e de recortes de poesia da literatura e de música popular brasileira, considerando a proposição sociolinguística e discursiva.

Segundo Bereton *et al.* (2005) uma revisão bibliográfica permite ao pesquisador uma avaliação rigorosa e confiável das pesquisas realizadas dentro de um tema em questão. Ela é, portanto, um instrumento para mapear trabalhos publicados no tema de pesquisa específico, a fim de que o pesquisador seja capaz de elaborar uma síntese do conhecimento existente sobre o assunto.

Com o mesmo pensamento, Levy e Ellis (2006) evidenciam que a:

Revisão bibliográfica sistemática é o processo de coletar, conhecer, compreender, analisar, sintetizar e avaliar um conjunto de artigos científicos com o propósito de criar um embasamento teórico-científico (estado da arte) sobre um determinado tópico ou assunto pesquisado. Para isso é necessário adotar um procedimento, um conjunto de passos, técnicas e ferramentas específicas. (LEVY; ELLIS, 2006, p.185)

Este artigo também perpassou pela análise de contextualização de música sobre a temática do artigo. Note-se que fazer a análise na letra de música tem desenvolvido pesquisas que permitem visualizar como a relação discurso e linguagem se interagem e como o sujeito, constituído por sua história vai se comportar a partir dessas relações, consoante aos valores discursivos estudados por Grimm (2011).

Metodologicamente, observa que o discurso da poesia tem a perspectiva da contemplação emocional e da criticidade. A poesia desperta a sensibilidade e os valores éticos e estéticos. Aprimora as emoções e a sensibilidade. Teoricamente, aborda os múltiplos significados, materializa o prazer e as manifestações de beleza. E assim, conforme teoriza Bloom (2001), trabalhar com este gênero tem-se fonte de comunicação, saber, profundidade, signos e significantes.

3. A caracterização da questão fundiária e a reforma agrária: breves considerações históricas

Para Coca (2011), enquanto alguns compreendem a reforma agrária como mera desapropriação de terras, outros podem considerar também medidas como a doação, a regularização fundiária e o reconhecimento de assentamentos criados por estados e municípios. É possível compreendê-la como uma ação que visa o fortalecimento do capitalismo ou o seu combate. E por isso, ao citar os elementos que se julga adequados para o significado do conceito, deve ser justificada a escolha, pois ao contrário, não se apresenta o devido rigor científico. Porém, esse rigor não indica a existência de uma única possibilidade de apreensão de determinado fenômeno. Em síntese, a reforma agrária pode ser entendida como a luta que envolve a questão da concentração fundiária e o processo de democratização do espaço agrário.

Assim, historicamente, excluído o período colonial e monárquico brasileiro, observa-se que nas décadas subsequentes, entre a proclamação da República, em 1889 até 1964 (Estatuto da Terra), o problema da legitimação de posses foi posto em segundo plano. Até mesmo porque em 1891, foi instituída uma lei que aprovava a emissão de propriedade por parte dos estados e não mais como função da União. O que evidencia só o desinteresse sobre o caso, mais também a omissão da Federação em relação à estrutura fundiária da nação (SILVA, 1996).

Nessa época, a partir do século XX, a luta pela terra vinha inserida num conjunto de reivindicações sobre os direitos elementares do trabalho, da saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais. (GARCIA JR., 1990).

A este respeito, Sabourin demonstra como eram organizados os embates dos trabalhadores:

Desde o início, as ligas reuniram trabalhadores assalariados das usinas de cana-de-açúcar, moradores, meeiros e pequenos arrendatários de estatuto muito precário. Todas essas categorias eram, de fato, regularmente expulsas de sua terra de trabalho ou expelidas da sua fonte de trabalho segundo as necessidades dos patrões e proprietários. Este vai ser o primeiro desencontro ao não se desenvolver, nesse momento, políticas públicas minimamente favoráveis à reforma agrária. (SABOURIN, 2008, p. 171)

Já no regime militar brasileiro, o segundo grande tema das “reformas de base” do governo Goulart era a legislação sobre a reforma agrária. Naquele momento, ocorreu o golpe de Estado militar de 1964,

causando o um segundo desencontro entre as organizações camponesas e o Estado. Houve repressão, uma vez que os governos utilizaram novas formas de controle das organizações camponesas. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais foram controlados e reduzidos à administração dos programas sociais e coagidos a se desviar das suas funções de luta (CARVALHO, 2005).

A primeira lei de reforma agrária - o Estatuto da Terra - foi promulgado em novembro de 1964 (BRASIL, 1964). Ele previa uma indenização aos proprietários em caso de desapropriação (em numerário ou mediante títulos da dívida pública). Foi limitado desenvolver um programa de colonização dirigida às terras dos Cerrados e da Amazônia. Somente em 1985, com a volta da democracia, redefiniram o Plano Nacional de Reforma Agrária. Porém, combatido pela classe patronal e pela UDR (União Democrática Ruralista), o plano não conseguiu ter aplicação relevante antes da Constituição de 1988, momento histórico em que novos rumos foram tomados, inclusive com políticas para o fortalecimento da agricultura familiar (BARBOSA, 2005).

Sobre a temática, Sabourin (2005) demonstra que:

Em matéria de agricultura familiar e de reforma agrária, o debate brasileiro gira em torno de duas teses, a meu ver, redutoras e parciais. Essas duas teses, ademais, ignoram ricas alternativas que existem pois adentro. Uma delas passa pela promoção de um agricultor familiar inovador e pequeno empresário, cada vez mais integrado ao mercado capitalista por meio das cadeias internacionais ou dos nichos de mercado segmentados por intermédio da qualificação dos produtos. Outra tese considera que o desenvolvimento do capitalismo agrícola e o grau de globalização da agricultura brasileira são tais que a solução da reforma agrária e do apoio à agricultura familiar já foi superada tanto do ponto de vista dos interesses da burguesia capitalista quanto das forças produtivas. A reforma agrária está chegando demasiado tarde, não permitindo a instalação de pequenos produtores competitivos. (SABOURIN, 2005, p. 179)

De qualquer forma, esclareça-se que a divisão de terras no Brasil sempre foi injusta e desigual. Aglomeração de muitas terras para poucos, formando assim, grandes latifúndios que beneficiaram parcela pequena da população. A produção destes latifúndios tem predominância da monocultura extrativista e muitas vezes predatória (SILVA, 1988).

Destaque, porém, que a atual Carta Magna conclamou o direito de propriedade em dois instantes diversos. A propriedade vista como garantia individual e como princípio de ordem econômica. Vale o destaque que a função social da propriedade rural como elemento de

produção, uma vez que a questão da terra não é apenas um problema social, mas também econômico e político (BALEEIRO, 2012).

4. O discurso em torno da divisão de terras e a garantia de investimentos para a produção agrícola

As origens ou raízes dos problemas fundiários no Brasil são reflexos da construção histórica da formação da propriedade aqui proposta. A referida herança origina-se de uma dinâmica de funcionamento da colônia e das leis vigentes naquele período, as quais trouxeram as disparidades na distribuição de terras e, conseqüentemente, na concepção mercadológica da terra (FURTADO, 1989).

Por conseguinte, para uma análise mais aprofundada da concentração de terras, da divisão, da produção e até mesmo da produtividade agrícola nos dias atuais, é preciso levar em consideração a perspectiva histórica da questão agrária no Brasil (REIS, 2001).

Souza (2000) evidencia quanto ao quesito do desenvolvimento agropecuário, a consideração de que a maior parte dos estados brasileiros que obtiveram tendência de concentração ao longo dos anos (1970 a 1995), culminou por um processo de modernização agrícola um tanto quanto mais intensivo. Entretanto, esse não foi o único dos fatores a atuarem nos estados, no sentido de contribuir para os avanços da concentração de terras, mesmo assim, foi possível evidenciar uma possível tendência entre estas as variáveis.

Pelas questões social, econômica, cultural, política, jurídica e institucional, ocorre uma cadeia de segmentos que faz com que a reforma agrária e a produtividade dos pequenos agricultores não consigam prosperar conforme o adequado. De acordo com Sauer:

De um lado, uma dimensão histórica, social, econômica e cultural que caracteriza os sujeitos envolvidos, e, de outro, uma dimensão política, jurídica e institucional diretamente implicada nas responsabilidades, compromissos e deveres do Estado Democrático de Direito em relação àqueles sujeitos. Desde uma perspectiva dos sujeitos, o referencial da sociologia rural – indispensável para uma análise que se pretenda adequada para uma eficaz compreensão e solução dos conflitos fundiários – nos indica que os conflitos fundiários apresentam-se, hoje, como reiteração ou reação a um modelo histórico de exclusão, expropriação e violência contra os sujeitos que aliam de forma intrínseca e indissociável a posse da terra ao trabalho e aos seus modos de vida, em oposição à

expansão do agronegócio, dos empreendimentos de infraestrutura e mineração sobre suas terras e territórios (SAUER, 2013, p. 59)

Destaque inclusive que os assentamentos estão apoiados por uma política de crédito própria, através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção da moradia. Porém, é necessário além de financiar o custeio da produção, disponibilizar crédito para sobrevivência familiar, manutenção da propriedade, investimentos futuros, com prazos e carências para maquinários, insumos e implementos (CARVALHO, 2006).

Segundo Albuquerque (2005), uma alternativa viável para esta dificuldade seria a implementação de um crédito de manutenção das famílias, vinculado a investimentos a longo prazo em sistemas agrossilvipastoris, que junto com a agropecuária também implementam árvores com baixo custo de produção, mas com elevado valor agregado.

5. *Concepções sobre a Análise do Discurso*

Segundo Foucault (2008), a análise do discurso tem sido objeto de estudo de algumas abordagens sobre as diferentes maneiras de significar, ou de se estudar a linguagem, pois esta situa o sujeito corporalmente, historicamente no tempo e no espaço. Além do mais, o ser humano adquire a linguagem por meio da interação e passa a entender-se como sujeito por meio da linguagem.

Nesta perspectiva, Fairclough (2001) esclarece que a luta hegemônica se instaura na associação, desmembramento e reorganização de elementos discursivos, numa relação dialética entre as estruturas e eventos constituintes, consonante ao que preconiza:

Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123-4)

E por isso, segundo Charaudeau (2008), ao ser tomar em consideração que as bases estruturais são ordens de discurso mais ou menos instáveis e que o texto é tomado na sua intertextualidade, mobilizando textos e convenções outras, conclui-se que os elementos a serem abordados neste artigo são polêmicos à medida que se inserem num longo contexto histórico de lutas.

Ademais, Koch (1993) estabelece que com a Análise do Discurso pode-se compreender melhor o funcionamento da ideologia que está constantemente ligada à interpretação, e juntos constituem os sentidos. E bem mais, pois os discursos estão em transformação conforme o tempo e as práticas discursivas.

6. A reforma agrária: análises sucintas na literatura e na música

Compreender um texto, independente do gênero, permite o desvendar de suas entrelinhas. Vale o destaque que o discurso utilizado representa a mensagem que ora se deseja transmitir. Assim, faz-se a apresentação do texto constante da figura 1, que cabe uma discussão tanto sociolinguística quanto ideológica:

Figura 1: Música com contextualização da vida de retirante.

| Reforma Agrária (Saisse e os Bois) | |
|---|--|
| Eu sou boia fria, vim lá do Ceará Mataram a minha família como é que vai ficar Eu estou aqui pra explicar o meu assunto Nós não somo vagabundo, nós queremos trabalhar | Só tem cabra safado atiraram nas crianças Mas agora a peixeira e a enxada pra lutar Porque eu quero é saber dos meus direitos Se você come a comida é porque nós foi plantar |
| Porque na terra que nós vive Tem espaço até demais Como é que pode nós não poder plantar Camará | Planta açúcar, mandioca tem o milho Tem feijão e a cana que ocês gosta é de beber Camará Eu tô aqui pra entender porque mataram meus irmãos Eu tô aqui pra explicar que agora o bicho vai pegar. |

Fonte: Letras Mus (2021).

Após compreensão do texto da Figura 1, observa que a música “Reforma Agrária” de Saisse e os Bois, evidencia a problemática de um retirante sem terra e sem dignidade, por meio das expressões “boia fria”, “vim lá do Ceará”, “mataram minha família”, “atiraram nas crianças”, “nós não somo vagabundo”, “planta açúcar, mandioca tem o milho”, dentre outras que contextualizam essa realidade.

De acordo com Oliveira (2013), o primeiro aspecto a se observar é que a relação estabelecida pela língua no mundo com os sujeitos que a falam e as diferentes situações em que se produz o dizer estão ligadas à exterioridade da linguagem. Isso ocorre porque está levando em consideração o contexto social, histórico e ideológico em que determinado enunciado foi produzido, como no caso em questão da música, a revolta pela condição indigna e as injustiças vividas pelo eu-lírico, um retirante.

Nesta perspectiva do retirar-se, do ser retirante, apresenta-se a figura 2, em que detalhes do vídeo com a música analisada, evidenciam mais ainda a problemática citada:

Figura 2: Recorte de vídeo da música “Reforma Agrária”.



Fonte: Youtube (2021).

A figura 2 demonstra um recorte de um vídeo, em que o plano de fundo de uma cidade faz a oposição ao rural, àquele que vê de longe, do que se retirou e chegou, de certa forma marginalizado. Para Reis (2001), o retirante é o termo que se refere à pessoa ou grupo que abandona a sua terra por causa da seca, da violência e da miséria em busca de uma localidade que lhe dê melhores condições de vida, e que, por conseguinte, merece um olhar de cuidados e de políticas públicas.

Por outro lado, para Bogo (2008), os desafios e possibilidades do desenvolvimento e implantação de políticas públicas para a reforma agrária nos diversos quinhões do Brasil trespassam, por singularidades e pluralidades dos sujeitos protagonistas desse processo consolidados em palavras como ocupar, resistir, produzir na identidade de pertencimento e em toda um mistificar da luta, que são consolidadores da autonomia política, social e econômica dos assentamentos rurais

As políticas públicas envolvem questões de valores e de recursos disponíveis, por isto, desenvolver uma ou outra política depende do que

se considera que é desejado socialmente. E por isso, para Rodríguez e Ardid (1996), são os critérios seguidos no momento de se estabelecer as prioridades dos recursos disponíveis que direcionam a distribuição e transferência de renda de um agente social para outro.

Na continuidade da pesquisa, por meio da Figura 3, evidencia-se um fragmento da poesia “João Boa-Morte, cabra marcado para morrer do poeta Ferreira Gullar:

Figura 3: Fragmento de poesia de Ferreira Gullar.

| | | |
|--|--|--|
| <p>Fragmento de João Boa-Morte. Cabra marcado pra morrer Ferreira Gullar</p> <p>Vou contar para você um caso que sucedeu na Paraíba do Norte com um homem que chamava Pedro João Boa-Morte lavrador da Chapadinha: talvez tenha boa morte porque vida ele não tinha.</p> <p>Sucedeu na Paraíba mas é uma história banal em todo aquele Nordeste. Podia ser no Sergipe, Pernambuco ou Maranhão, que todo cabra-da- peste ali se chama João Boa-Morte, vida não.</p> | <p>Morava João nas terras de um coronel muito rico, tinha mulher e seis filhos, um cão que chamava “Chico”, um facão de cortar mato, um chapéu e um tico-tico.</p> <p>Trabalhava noite e dia nas terras do fazendeiro, mal dormia, mal comia, mal recebia dinheiro; se não recebia não dava para acender o candeeiro. João não sabia como fugir desse cativoeiro.</p> <p>Olhava pra’s crianças de olhos cavados de fome, já consumindo a infância na dura faina da roça. Sentia um nó na garganta. Quando uma delas almoçava as outras não, a que janta no outro dia não almoça.</p> | <p>Olhava para Maria, sua mulher, que a tristeza na luta de todo o dia tão depressa envelheceu. Perdera toda a alegria perdera toda a beleza e era tão bela no dia que João a conheceu.</p> <p>Que diabo tem nesta terra, neste Nordeste maldito, que mata como uma guerra tudo que é bom e bonito? Assim João perguntava para si mesmo e lembrava que a tal guerra não matava o coronel Benedito!</p> <p>Essa guerra do Nordeste não mata quem é doutor não mata quem é dono de engenho, só mata cabra-da- peste só mata o trabalhador. O dono do engenho engorda, vira logo senador. [...]</p> |
|--|--|--|

Fonte: Gullar (1980)

As ideias constantes na poesia da figura 3, na síntese de Moura (2001), evidenciam que o personagem João Boa-Morte, de “João Boa-Morte, cabra marcado pra morrer”, trabalha sob más condições nas terras do patrão (Coronel Benedito). No enredo, é expulso, juntamente com a mulher e quatro filhos, após queixas e conclamação de seus colegas para que se livrem do cativoeiro. Assim, passa a vagar pelo sertão, não consegue emprego e um de seus filhos definha até a morte. E com tristeza, decide matar a família e suicidar-se, entretanto, é impedido pelo outro personagem, também trabalhador rural, Chico Vaqueiro, que o leva às lutas da liga camponesa.

Tem-se aqui um texto histórico e que compreende a labuta do trabalhador rural sem-terra. Assim, para Gullar (2013), o texto tem que ser poético e político, pois o importante naquele momento é que a poesia se comunique com o maior número possível de pessoas, mesmo que, para isso, a qualidade formal venha a ser sacrificada e fique em segundo plano.

Desse modo, percebe-se que há um sentido amplo no tempo e no espaço sobre as práticas e vivências do homem, além do mais, situando a narrativa na história próxima ao tempo da ditadura implantada no Brasil, no decorrer do século XX. Ficam evidentes os efeitos de sentidos que podem ser produzidos no discurso, visto que através dele, é possível tanto a permanência do homem na realidade na qual está inserido quanto a sua transformação, por meio da luta, por meio de sua inclusão a um pedaço de terra (MAGALHÃES, 2015).

Quanto ao indivíduo em si, presente nas três figuras analisadas, nota-se que é por meio da leitura desse mundo plural, coletivo, singular e contraditório, que buscamos encontrar respostas para hipóteses levantadas, posto que as políticas públicas para sustentabilidade da divisão das terras, têm-se desenvolvido, através de uma tensão entre poder público, setores do agronegócio e movimentos sociais da reforma agrária (SILVA FILHO, 2008).

6. Conclusão

Compreendeu-se após término do artigo que reforma agrária está inserida nos aspectos discursivos e no debate sobre o papel e a importância das terras públicas para o desenvolvimento econômico e social.

À luz de Coca (2011), no viés ideológico, observou-se que a reforma agrária pode ser entendida como a luta que envolve a questão da concentração fundiária e o processo de democratização do espaço agrário.

Quanto aos aspectos da divisão de terras e assentamentos, concluiu-se que são necessários programas para financiar o custeio da produção, disponibilizar crédito para sobrevivência familiar, manutenção da propriedade e investimentos futuros, com prazos e carências para maquinários, insumos e implementos.

Torna-se primordial, a continuidade de pesquisas com os assentados e suas leituras de mundo, pois é por meio do olhar plural, coletivo, singular e contraditório desse trabalhador, que se compreende esse problema em sua contextualização histórica e contemporânea.

Ficou evidenciado ainda que, segundo Brécia (2003), a poesia e a música têm a característica de ser fomentador do processo discursivo,

pois são intrínsecas ao comportamento humano, e por meio delas pode ser obtida uma aprendizagem consistente e dinâmica, como neste caso da reforma agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. J. B. Integração entre assentados agrários e comunidades vizinhas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ)*, Maringá PR, v. 10, n. 3, p. 499-506, 2005.

BALEEIRO, A. *Constituições Brasileiras*. V. II 1891. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

BARBOSA, M. *Programa Banco da Terra: um estudo de caso em Formosa*. Brasília: UnB-FAV Programa Agronegócios, 2005.

BERETON *et al.* Lessons from Applying the Systematic Literature Review Process within the Software Engineering Domain. *The Journal of System and Software*, v. 80, p. 571-83, 2007.

BLOOM, H. O. *Como e por que ler*. Trad. de José Roberto Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOGO, A. *Identidade e Luta de Classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRASIL, República Federativa do. *Estatuto da Terra*. Lei nº 4504/64 | Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em: 05mar2021.

BRÉSCIA, V. L. P. *Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva*. São Paulo: Átomo, 2003.

CARVALHO, H. M de. *O campesinato no século XXI*. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. São Paulo: Vozes, 2005.

_____. *Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária*. N. 34, São Paulo: Adusp, 2006.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

COCA, E. L. F. Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos. *Revista Nera*, n. 17. 2011.

FAIRCLOUGH, N. Abordagens da análise do discurso. In: _____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universitária de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura de Almeida Sampaio. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

FURTADO, C. *Pequena introdução sobre o desenvolvimento*. São Paulo: Nacional, 1989.

GARCIA JR., A. *O Sul*. Caminho do roçado. Brasília: Marco Zero-UnbCNPq-MCT, 1990.

GRIMM, W. *Os músicos de Bremen*. Disponível em: <http://www.clubedobebe.com.br/HomePage/fabulas/osmusicosdebremen.htm>. Acesso em: 4 jun. 2011.

GULLAR, F. *João Boa-Morte* [1962]. Toda poesia (1950–1980). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GULLAR, F. Um poema, antes de ser político, tem que ser poético. *Entrevista a Osny Tavares em março de 2013*. Disponível em <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Ferreira-Gullar>. Acesso em: 22mar2021

KOCH, I.G.V. *Argumentação e linguagem*. 3. ed. São Paulo: Cortez; 1993.

LEVY, Y.; ELLIS, T. J. A system approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. *Informing Science Journal*, v. 9, p. 181-212, 2006.

MAGALHÃES, I.A *Análise de Discurso Crítica* (2015). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/delta/v21nspe/29248.pdf> Acesso em: 10mar2021.

MARÉS, C. F. *A função social da terra*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MOURA, G. *Ferreira Gullar: entre o espanto e o poema*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2001.

OLIVEIRA, L.A. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.

REIS, G.M.T. *Legislação e o Processo de Reforma Agrária: Um Recorrente Descompasso*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2001.

RODRÍGUEZ, A.; ARDID, M. (1996). *Psicología Social y políticas públicas*. In: ESTRAMIANA, J. L. A. GARRIDO, A.; TORREGROSA, J. R. (Orgs). *Psicología Social aplicada* (p. 451-74). Madrid: McGraw-Hill.

SABOURIN, E. *Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais*. *Estud. Soc. Agric.*, v. 16, n. 2, Rio de Janeiro, 2008.

SAUER, S. *Casos emblemáticos e experiências de mediação: análise para uma cultura institucional de soluções alternativas de conflitos fundiários rurais*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicasejustica/publicacoes/Biblioteca/dialogossobrejustica_solucoes-alternativas-parafundiarios-agrarios.pdf. Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

SILVA, J. G. da. *Buraco Negro: a reforma agrária na constituinte de 1987/88*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA FILHO, F. C. O. *A Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988 e o Desenvolvimento Econômico do Brasil: Efetividade e Limites*. 2008. Disponível em: http://urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3_files/Francisco_SILVA_FILHO.pdf. Acesso: em novembro de 2013.

SOUZA, P. M. *Modernização e Mudanças Estruturais na Agricultura Brasileira, 1970 a 1995*. Tese (Doutorado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: UFV, 2000. 318p.

TAVARES, A. R. *Curso de Direito Constitucional*. 18. ed. São Paulo. Saraiva, 2020.

Outras fontes:

LETRAS MUS. *Reforma Agrária*. Saisse e os bois. Disponível em <https://www.letras.mus.br/saisse-e-os-bois/>. Acesso em 02abr2021.

YOUTUBE. *Saisse e os bois* (Reforma Agrária). Disponível em https://www.youtube.com/results?search_query=saisse+e+os+bois. Acesso em: 02abr2021.